

• Constituinte

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

“O mandato é uma questão liquidada”

por Mariângela Hamu de Brasília (Continuação da 1ª página) consenso, suprapartidária”, responde o presidente. “Não sei se tudo isso é possível, é executável. Estou dizendo apenas o que seria bom, mas tenho muitas dúvidas. Eu tentei o pacto político várias vezes e não consegui. Se não tivéssemos tido eleições todos esses anos, teríamos conseguido fazer um pacto político como a Espanha, Portugal”, explica o presidente.

Pessimista? “Não — responde ele. Sou realista. As eleições tornam os políticos irracionais, porque eles só pensam nas eleições e não no pacto político. Todos pensam, antes, se votar dessa maneira ou de outra pode prejudicar o seu futuro político ou a sua candidatura”.

CRISE O presidente declarou-se convencido de que “já estamos saindo da crise”. “Os dados mostram que a crise brasileira é a crise do Estado. As estruturas econômicas estão aí integradas, resistindo a tudo. O que há é a crise política, a crise dos partidos, a falta de recursos humanos na área política”, assegura ele.

Ele garante que a inflação, apesar de alta, não é alarmante, que as taxas de desemprego continuam caindo e que “os ganhos reais não caíram tanto”. E arrisca um palpite: “um amigo que mora nos Estados Unidos e veio me visitar disse-me, há alguns dias, que na sua primeira semana no Brasil imediatamente identificou o País alegre que sempre conheceu. Na semana seguinte, decidiu ler os jornais, então entrou na crise”.

Então a crise é imaginação dos jornais? “Não. A crise não é culpa dos jornais, mas a função deles é justamente esta: a de realçar a crise”, responde prontamente. E assegura: “A verdade é que os números brasileiros não são catastróficos. O dado ruim, péssimo mesmo, é o da inflação. Mas ela não está explodindo, como previram alguns”, afirmou.

REFORMA FISCAL O presidente ressalta, entretanto, que o País não tem dinheiro e que os gastos precisam ser drasticamente reduzidos ou racionalizados. “Nós não temos dinheiro algum para gastar. Chegou ao fim o modelo que recomendava tomar recursos no exterior ao invés de promover uma boa reforma fiscal. Era muito mais fácil pegar dinheiro lá fora do que promover uma reforma fiscal. Esta iniciativa é, agora, inadiável. Temos que fazer uma reforma fiscal”, revela o presidente.

E explica: “A deformação do sistema fiscal brasileiro faz com que os encargos mais pesados recaiam sobre a classe média. Isto tem que mudar”, promete Sarney. “Nós temos que fazer esta reforma, mas isto não quer dizer que haverá mais impostos. Significa, apenas, que haverá uma melhor distribuição dos tributos. Atualmente, carregamos muito nos impostos diretos. Como temos uma boa máquina para cobrar, cai quase tudo sobre os om-

Para senador, 4 anos manterão PMDB unido

por Ricardo Balthazar de São Paulo O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) admitiu ontem que, se for aprovado na Assembleia Nacional Constituinte um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, os descontentes do partido que pensam em sair e formar uma nova legenda — entre os quais ele se encontra — poderão rever essa decisão. Ele reconhece, no entanto, que são maiores as chances de vitória dos cinco anos de mandato.

“Continuamos tentando tudo contra os cinco anos”, disse. “Depois da votação é que as coisas vão clarear. A máquina do poder está toda ajustada para isso e a probabilidade é dos cinco anos mesmo. Mas tudo pode ocorrer. Quem imaginou que a transição iria tão longe, ou que tabelariam os jogos a 12%?” Para ele, eleições presidenciais neste ano são necessárias para a “institucionalização política da democracia”. “Nossa transição gorou”, disse.

Na hipótese de ser aprovado nos próximos dias um mandato de quatro anos, isso significaria uma “mudança de rumos” do PMDB, segundo o senador. “E, aí, nós também tomaríamos outro rumo”, acrescentou. Antes da palestra que fez ontem na seção paulista da Ordem dos

bro da classe média. Mas este é um País pobre e isto tem que mudar”, assegura o presidente.

O presidente entende que chegamos a um ponto em que o “Estado não tem condições de arcar sequer com os serviços que deve prestar. O nosso déficit público é este. E está a estrutura do nosso déficit público, e não poderemos sair dele se não resolvermos o nosso problema fiscal. Nós não teremos poupança estrangeira para financiá-lo e nem poupança interna. Por isso precisamos mudar logo”, afirma.

TRANSPORTES A falta de dinheiro pode fazê-lo abrir mão do sonho de construir, por exemplo, a ferrovia Norte-Sul?

“Não há sonho, não. A ferrovia Norte-Sul foi muito mal vendida, porque foi entendida como um gesto provinciano, uma vaidade pessoal. Temos um cerrado fantástico, com ótima topografia e excelente regime de chuvas, esperando investimentos. Os produtos agrícolas que se vendem mais hoje, no mundo, são milho, soja, arroz e trigo e temos este cerrado imenso, esperando apenas o transporte”, afirma o presidente.

Ele lembra que o Brasil tem menos estradas de ferro que a Argentina e assegura que as ferrovias, um hábito abandonado há décadas, está ressurgindo e afirma que a Belém-Brasília, cuja carga é, hoje, de 9 mil toneladas, “não agüenta mais”. “O nosso sistema rodoviário é de mais de 20 anos atrás. Ele já foi recapeado várias vezes e o material rodante está cada dia mais deteriorado. Isto precisa mudar”, diz o presidente.

Ele entende que a ferrovia Norte-Sul “é a salvação” porque ela coloca à disposição do País, imediatamente, um enorme volume de riquezas, mão-de-obra, a fixação do homem no interior, o aumento da produção agrícola e alivia as rodovias brasileiras.

“A produção de grãos é atualmente antieconômica porque nenhum produto agrícola agüenta mais do que 500 ou 600 km de caminho. A soja agüenta de 400 a 500 km porque, no Brasil, o Estado dá subsídio”, afirma.

Antes de deixar o governo — em março de 90, se a Constituinte lhe der cinco anos de mandato — o presidente pretende deixar, “pe-lo menos no papel, o plano do transporte intermodal — que integra os sistemas rodoviário, ferroviário e aeroviário no País”. “Nós temos de estudar os poucos recursos que temos, estudar os pontos de estrangulamento e evitar o pior”, planeja.

E explica: “Nós temos três pontos de estrangulamento no Brasil. Hoje, estão localizados nos transportes, energia e na siderurgia. Na energia, temos um encontro marcado com o raciocínio em 1992, porque não temos hidrelétricas e não temos dinheiro para investir. E o nosso sistema de transporte brasileiro está atrasado pelo menos 30 anos. E aí que o governo vai gastar racionalmente os poucos recursos de que dispõe”.

Advogados do Brasil (OAB), no ciclo de debates “E agora, Brasil?”, ele comentou que os militares, que apoiam os cinco anos, “não deveriam opinar”. Explicou: “Quanto menos opinarem como corporação, melhor para a democracia”. Fernando Henrique Cardoso também se manifestou contrariamente à prorrogação dos atuais mandatos municipais: “Seria uma multa sem vergonhice”.

O líder do PMDB no Senado disse também que, se deixar o partido realmente, conversará antes com os outros senadores do partido. De acordo com ele, o novo partido, que já começa a ser arquitetado pela dissidência pemedebista, só se concretizará depois de definições como a do mandato de Sarney. Esse novo partido, que poderá ser criado a partir de uma reunião marcada para o final de junho, deverá ter candidato à prefeitura de São Paulo, segundo o senador. Entre os nomes prováveis, estão de acordo com o próprio Fernando Henrique, o ex-governador paulista Franco Montoro, o deputado federal José Serra (PMDB-SP), o ministro do Trabalho, Almir Pazianotto, o ex-ministro da Fazenda, Dilon Funaro, e o ex-ministro do Planejamento, João Sayad — todos ainda no PMDB.

Votação ainda sem dia para começar

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

O início da votação das Disposições Transitórias do projeto constitucional, na qual será decidida a duração do mandato do presidente José Sarney, ainda está sem data definida.

Hoje será votado o capítulo que trata dos índios. Por ser resultado de um acordo entre as lideranças, a sua apreciação deverá ser breve. Assim, tecnicamente as Disposições Transitórias poderiam começar a ser votadas ainda hoje. Contudo, quase nunca os interesses técnicos se sobrepõem aos políticos. Segundo dados do deputado Daso Coimbra, membro do “Centrao” e cincoanista, já estava em ordem em Brasília 280 deputados que defendem um mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Para hoje estavam sendo esperados constituintes do Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul que não puderam viajar após o feriado devido ao mau tem-

po, quando os aeroportos foram fechados. Se as lideranças do governo e do “Centrao” tiverem a certeza de que são maioria hoje, é possível que tentem colocar em votação as Disposições Transitórias, cuja primeira votação seria a do substitutivo do “Centrao” que, se aprovado, servirá de base às votações.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, não quis adiantar ontem se votará, ou não, esse texto. Até o final da semana, Covas afirmava que seria difícil votar o texto do “Centrao” que era omissivo em relação ao mandato presidencial. Os partidos de esquerda já anunciaram que votarão contra o substitutivo do grupo conservador.

Vitória dos 5 anos é certa, diz Cardoso

Porém, Covas não descartou a possibilidade de tentar negociar esse título, a exemplo do que já ocorreu com os demais. Ele lembrou que existem 460 destaques para os 83 artigos que compõem o título. Desse total, 160 terão obrigatoriamente de ser apreciados porque se referem a assuntos específicos. Os demais, contudo, poderiam ser negociados e eventual-

mente fundidos, observou o senador. Essa negociação seria feita sobre as propostas passíveis de acordo. As demais, como mandato e anistia dos militares, seriam decididas no voto.

Outra questão que preocupa as lideranças é o fato de que, se as disposições não puderem começar a ser votadas ainda nesta semana, há o risco de serem adiadas para a próxima quinta-feira. Isso ocorreria porque de domingo a quarta-feira à noite o presidente Sarney estará em Nova York, nos Estados Unidos. A votação desse título na ausência do presidente não interessa a ninguém.

As lideranças governistas não desejam que a decisão ocorra durante a viagem do presidente e os partidos de esquerda e a liderança do PMDB preferem que a questão da anistia seja decidida quando estiver na presidência da Constituinte o deputado Ulysses Guimarães, o que não acontecerá nos três primeiros dias da próxima semana, pois, na ausência do presidente, Ulysses assume o cargo interinamente.

Confiança na vitória é amparada por pesquisas

por José Casado de Brasília

A aposta do presidente José Sarney na aprovação de um período de cinco anos para o seu mandato, encerrando-se em 1º de janeiro de 1990, baseia-se não apenas na intensidade da ofensiva política produzida pelo governo sobre a Constituinte, mas, sobretudo, nos resultados apurados pela Presidência da República em sucessivas pesquisas de voto.

A mais recente delas, produzida na semana passada e pela LPM/MS, de São Paulo (veja tabela ao lado), já foi recebida pela assessoria do presidente e comparada com as realizadas pelo próprio governo na Constituinte. Seus resultados reforçam a crença de Sarney na vitória: dos 305 constituintes (54% do universo de 559 que exercem o mandato) consultados, na pesquisa, 150 declararam abertamente que devem votar nos cinco anos; 105 indicaram

uma vigília por eleições para presidente em 88

por Flávio Porcello de Porto Alegre

Começou às 18 horas de ontem em Porto Alegre uma vigília pela aprovação do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney e pela realização de eleições diretas para a Presidência da República. A vigília, que é organizada pelo movimento gaúcho da Constituinte e pela frente popular formada pelos partidos de esquerda. E realizou no plenário da Assembleia Legislativa do Estado e só deve terminar quando o mandato do presidente estiver definido.

Na sessão plenária de ontem da Assembleia Legislativa houve manifestações de deputados em favor da interrupção total dos trabalhos legislativos durante a realização da vigília. Mas acabou prevalecendo a ideia de realizar as sessões normais (entre 14 e 18 horas), permitindo a ocupação do plenário pelos participantes da vigília no restante do dia. “Prevaleceu o bom-senso”, disse o presidente em exercício da Assembleia Legislativa gaúcha, Nestor Fips Schneider (PFL). “Com isto vão prosseguir os trabalhos legislativos, as votações de todo o dia, e, paralela a isto, os deputados apoiam o ato pelas eleições diretas neste ano. Os trabalhos legislativos não são prejudicados e deputados acompanham a vontade dos brasileiros que querem logo votar para presidente”.

Porém, Covas não descartou a possibilidade de tentar negociar esse título, a exemplo do que já ocorreu com os demais. Ele lembrou que existem 460 destaques para os 83 artigos que compõem o título. Desse total, 160 terão obrigatoriamente de ser apreciados porque se referem a assuntos específicos. Os demais, contudo, poderiam ser negociados e eventual-

mente fundidos, observou o senador. Essa negociação seria feita sobre as propostas passíveis de acordo. As demais, como mandato e anistia dos militares, seriam decididas no voto.

Outra questão que preocupa as lideranças é o fato de que, se as disposições não puderem começar a ser votadas ainda nesta semana, há o risco de serem adiadas para a próxima quinta-feira. Isso ocorreria porque de domingo a quarta-feira à noite o presidente Sarney estará em Nova York, nos Estados Unidos. A votação desse título na ausência do presidente não interessa a ninguém.

As lideranças governistas não desejam que a decisão ocorra durante a viagem do presidente e os partidos de esquerda e a liderança do PMDB preferem que a questão da anistia seja decidida quando estiver na presidência da Constituinte o deputado Ulysses Guimarães, o que não acontecerá nos três primeiros dias da próxima semana, pois, na ausência do presidente, Ulysses assume o cargo interinamente.

Confiança na vitória é amparada por pesquisas

por José Casado de Brasília

A aposta do presidente José Sarney na aprovação de um período de cinco anos para o seu mandato, encerrando-se em 1º de janeiro de 1990, baseia-se não apenas na intensidade da ofensiva política produzida pelo governo sobre a Constituinte, mas, sobretudo, nos resultados apurados pela Presidência da República em sucessivas pesquisas de voto.

A mais recente delas, produzida na semana passada e pela LPM/MS, de São Paulo (veja tabela ao lado), já foi recebida pela assessoria do presidente e comparada com as realizadas pelo próprio governo na Constituinte. Seus resultados reforçam a crença de Sarney na vitória: dos 305 constituintes (54% do universo de 559 que exercem o mandato) consultados, na pesquisa, 150 declararam abertamente que devem votar nos cinco anos; 105 indicaram

anos para o mandato do presidente Sarney, a ser efetuada nos mesmos termos em que ocorreram as votações das disposições permanentes para a futura Constituição”, disse ele.

Na ocasião, Santillo defendeu a necessidade de um governo suprapartidário para dar continuidade à transição e chegar ao final com eleição direta para presidente da República. “Esse programa político deverá ser confraternizado com os programas econômicos, para dar mais tranquilidade e segurança ao País, acima dos partidos políticos.

Esta proposta não implica mudança ministerial”, observou o governador.

Gil crê que eleições em 89 é questão de sensatez

O secretário da Cultura do Município de Salvador (BA), Gilberto Gil, disse ontem ser a favor dos cinco anos de mandato para o presidente da República, pois é o caminho menos tumultuado, sendo uma questão de sensatez e ponderação. “No entanto, isso não quer dizer, necessariamente, apoio direto ao governo atual e sua forma de desempenho”, observou.

Segundo a EBN, Gil, que esteve na capital paulista em visita ao secretário de Obras, João Oswaldo Leiva, ressaltou que é preciso se analisar a questão da transição política e da implantação do projeto democrático no Brasil, antes de defender um período de quatro anos para presidente. Gil afirmou não acreditar que sua relação com o governador da Bahia, Waldir Pires, seja prejudicada por causa de sua posição.

Na sua opinião, Waldir Pires tem todo o direito de tomar uma posição contrá-

ria ao governo Sarney, pois tem tido uma relação muito difícil e um desempenho dificultado por posições do governo federal.

Gilberto Gil, candidato à Prefeitura de Salvador, defendeu também as eleições municipais ainda neste ano, mas não acredita que venham a ser realizadas, pois há um quadro de dificuldades crescentes. “Ao mesmo tempo”, continuou, “há compromissos profundos da estrutura institucional brasileira com o voto popular que quer se manifestar, sem considerar a questão do mandato prolongado das cidades consideradas de segurança nacional”.

PACTO SOCIAL — O ministro Paulo Brossard, da Justiça, admitiu ontem em Porto Alegre que o presidente José Sarney, se confirmado nos cinco anos e respaldado pela nova Constituição, vai tentar um novo pacto social.

RESULTADO DA PESQUISA DO PLANALTO

Table with columns for Region (SUDESTE, SUL, NORTE, NORDESTE), Name, Partido, Mandato, and a list of names with corresponding party and mandate information.